



ATA n.º 027/2017

Ata da vigésima sétima sessão ordinária, 14.^a Legislatura, da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada no dia quatro de setembro de dois mil e dezessete, às dezessete e trinta horas, ausente a Vereadora Sandra Daniel. Iniciado o **EXPEDIENTE** o presidente solicitou a leitura da Ata da sessão de vinte e oito de agosto, aprovada sem receber comentários. Após, a Indicação de Serviço de n.º 026 do Vereador SIDON VIEIRA pedindo recuperação e cascalhamento da estrada entre a Fazenda Velha e Quarteirão dos Vieiras. O proponente explicou que havia participado de reunião da Associação da comunidade Fazenda Velha e na ocasião os moradores da comunidade fizeram esse pedido o qual estava apresentando, e o presidente determinou que fosse encaminhado para o Executivo, e para encerrar constou a leitura do Edital de Convocação de Audiência Pública n.º 05/2017 para continuidade das discussões junto à comunidade do Projeto de Lei n.º 09/2017, sobre a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo junto com a fatura da SANEPAR, a ser realizada no dia seis de setembro, às dezenove horas, neste Plenário. Ainda no **EXPEDIENTE** constou a participação na Tribuna do diretor da Escola Arandu Miri, Professor Vagner de Andrade, cujo Requerimento para Utilização da Tribuna havia sido deferido pelo presidente da casa. Esclarecidas as normas regimentais para uso da Tribuna o requerente iniciou falando que se fazia presente junto com os demais professores e funcionários para fazer um pedido em nome da comunidade indígena e não apenas da escola, e apesar de ser o diretor da escola neste dia também representava a comunidade. Contou que estava presente também o Vice Cacique da aldeia como também os funcionários da escola para apoiar a comunidade. Iniciou comentando das dificuldades que tinham na aldeia com comunicação, contando que no local existia apenas um telefone público que estragava várias vezes e com isso tinham muita dificuldade, por isso se faziam presentes para pedir o auxílio dos vereadores para a instalação de uma antena de telefonia celular, que viria ajudar toda a comunidade, a escola e o posto de saúde que eram próximos. Falou que as pessoas que se encontravam na sessão estiveram também nesse dia pela manhã, junto com o Vice Cacique Manoelzinho Pires de Lima, conversando com o prefeito onde o mesmo lhes falou que era viável a instalação dessa antena através de recursos do ICMS Ecológico do qual o município recebia uma grande parte devido à presença da área indígena preservada, mas mesmo assim vieram pedir o auxílio dos vereadores para que reforçassem a solicitação viabilizando da melhor forma a instalação dessa antena. Aproveitando a participação relatou que tinha bastante problemas com a estrada de acesso contando que todos os dias os professores usavam a estrada e poderiam falar melhor pois acabavam estragando seus veículos com a estrada que estava bem ruim, pedindo também a colaboração quanto a isso que ajudaria também a comunidade em geral. Após a sua fala o Presidente abriu espaço para que os vereadores apresentassem suas manifestações, os quais o fizeram e após os questionamentos respondidos encerrou a participação do diretor da escola, do Vice Cacique e demais pessoas que estavam presentes representando a escola e a comunidade. Na **TRIBUNA** o



Vereador **LAURICI** dirigiu-se ao público nesse dia composto em sua maioria por educadores aproveitando para falar da grande importância em ter os mesmos aqui e ao mesmo tempo em que agradecia deixava o convite para que sempre que pudessem se fizessem presentes para acompanhar o trabalho de todos os vereadores. Contou que a cerca de duas semanas tinha enviado um ofício para o executivo pedindo informações a respeito da iluminação pública que até o momento ainda não tinha recebido respostas e o fato era que as reclamações continuavam não só nos bairros como no centro da cidade onde também ouvia reclamações sobre falta de iluminação. Disse que vinha acompanhando vários incidentes acontecendo como ações de vândalos, brigas de rua, e querendo ou não isso também estava relacionado com a falta de iluminação que gerava certo medo e certa desconfiança e acabava facilitando um pouco para as pessoas que saíam à noite com a intenção de praticar furtos não só em residências como também a entidades e órgãos municipais citando o exemplo das escolas da APAE e da Vila Nova assim como outras das quais também tinham conhecimento. Falou que a resposta desse ofício encaminhado era o de menos e o que esperava era que a situação fosse resolvida o mais rápido possível, pois era uma necessidade das pessoas tanto do centro quanto dos bairros, em que todos tinham esse problema. Comentou outra situação que disse acompanhar pelas redes sociais que era o grande número de pessoas reclamando sobre a não aquisição de cestas básicas lembrando que no começo do ano já havia usado a Tribuna para falar sobre esse assunto e infelizmente tinha que voltar a falar sobre isso, pois não sabia se procedia ou não e deveria fazer uma visita in loco para confirmar se era mesmo o que estava acontecendo. Disse que entendia que o benefício era eventual, mas ao mesmo tempo entendia que as pessoas não tinham de se alimentar eventualmente, e sabia que muitas famílias ainda necessitavam desse benefício senão todo mês, pelo menos mês sim e mês não, então se a falta das cestas estivesse acontecendo esperava que fossem tomadas as providências, pois não estava cobrando de forma alguma algo que fosse impossível de fazer, por isso esperava que se estivesse acontecendo essa falta que também fosse solucionado. Mais uma vez falou sobre a Rua Castelo Branco, não porque morava naquele bairro, mas também porque era cobrado diariamente pelas pessoas; quem passava por lá via a situação que estava; tinham mexido no meio da rua e não estava concluído; não sabia se era problema da empresa ou da administração, mas à administração queria pedir que pelo menos o acesso dos moradores fosse resolvido, pois as pessoas que moravam nessa rua e tinham veículos estavam fazendo o acesso às suas residências na base da picareta, enxada ou cortadeira, senão teriam que deixar seus carros na rua. O Vereador **GILNELSON** trouxe para conhecimento da casa e do público a notícia de que há algum tempo o TCE/PR teria começado a fazer um levantamento da viabilidade da existência de muitos municípios no estado contando que o Tribunal queria saber se os municípios eram auto-sustentáveis conseguindo sobreviver com os recursos que arrecadavam. Explicou que inicialmente foi feito um estudo com municípios de até cinco mil habitantes e a próxima etapa era fazer o estudo de outros que não saberia exatamente até que número de habitantes iria mais deveria ser de cinco à doze mil, na qual esse município se enquadraria com certeza. Explicou que o relatório dos



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

primeiros municípios que foram levantados tinha sido divulgado na semana anterior englobando noventa e seis municípios do estado que teriam a recomendação do TCE, recomendação essa já encaminhada para o Tribunal de Contas da União, para que fossem extintos ou se fundirem a outros municípios. Após os esclarecimentos falou que a cada dia a responsabilidade fiscal dos administradores públicos, especialmente os prefeitos, estava ficando cada vez mais difícil; tinha que haver coerência nos gastos; tinha que haver responsabilidade na elaboração de contratos, para que depois não acontecesse isso, trazendo essa notícia para que os vereadores tomassem conhecimento, pois dos 399 municípios paranaenses 96 eram financeiramente insustentáveis. Após, falou a respeito da situação levantada pelo Vereador Laurici sobre iluminação pública trazendo a informação de que tinha acontecido um processo licitatório há cerca de noventa dias onde as empresas vencedoras para fornecimento do material a ser utilizado eram uma do estado de Goiás e outra de Curitiba lembrando que todos sabiam que a lei permitia que os processos licitatórios fossem abertos a qualquer empresa, no caso aqui do município poderiam vir empresas do Tocantins, do Amazonas ou outro estado e poderiam participar; empresas vieram e venceram a licitação, todavia não cumpriram os prazos de entrega; foram notificadas, mas infelizmente o município estava atrelado à lei de licitações e a lei de contratos e assim não podia rescindir um contrato sem cumprir todas as formalidades sob pena de pagar uma multa em cima disso, e que depois de várias tentativas e de terem sido tomadas todas as medidas cabíveis e previstas em lei é que essas empresas tinham enviado, na sexta-feira anterior, nota fiscal da remessa de parte desses equipamentos que possibilitaria ao município fazer o trabalho. Falou que infelizmente, mesmo sabendo das dificuldades da população a administração não poderia sair burlando a lei e depois ter uma conta reprovada em função de um erro técnico. Também ao Vereador Laurici falou com relação às cestas básicas deixando claro que igualmente tinham algumas determinações legais que deveriam ser feitas e nessa semana já havia sido publicado o Edital para aquisição das cestas básicas e provavelmente essas reclamações iriam cessar. Ao mesmo vereador, com relação ao asfalto da Rua Castelo Branco, falou que infelizmente era contratual, inclusive com o contrato tendo sido assinado na gestão do prefeito Marino, e não tinham o que fazer com relação a isso, pois a empresa tinha um determinado tempo para vir terminar o asfalto; a prefeitura tinha feito toda a parte que lhe cabia e estavam aguardando; não tinha outros caminhos, pois existia um contrato a ser cumprido; não podiam de maneira alguma rescindir esse contrato porque estava na sua vigência e se isso fosse feito com certeza iria onerar o município visto que a empresa estaria amparada por lei para uma possível ação, inclusive por dano moral. Antes de iniciar as votações na **ORDEM DO DIA** o Presidente informou aos vereadores e ao público presente que os projetos de leis de proposição da Vereadora Sandra Daniel de números 06 e 07 de 2017, aprovados em primeiro turno na sessão anterior, deveriam voltar à discussão nas próximas sessões, considerando que por problemas pessoais a vereadora não se fazia presente nesta sessão. Em primeiro turno de votação constou o Projeto de Lei n.º 010 de 2017 do Executivo propondo autorização para aquisição de imóvel da Cooperativa Agropecuária Mista de Guarapuava -



COAMIG, a ser destinado ao Parque de Máquinas Municipal. Ao iniciar a discussão o Vereador Laurici pediu para conhecimento do público presente à sessão, que o Vereador Gilnelson explicasse melhor sobre o projeto e assim os presentes soubessem o que estariam votando. O Vereador Gilnelson atendeu explicando que o local onde estava instalado o parque de máquinas pertencia à empresa COAMIG onde desde 2007 o município estava instalado; que no ano de 2015 houve uma ação por parte do município contra a COAMIG para tentar restituir este imóvel para o município e nesse período foi deixado de pagar os aluguéis; que na sequência o município perdeu a ação e existia uma dívida que chegava à casa dos duzentos mil reais; que como houve uma conversa do atual prefeito com a COAMIG para a aquisição desse imóvel a sentença ainda aguardava uma posição do juiz para a execução final; que teve uma avaliação feita por uma empresa imobiliária especializada apresentando um valor de R\$ 1.474.363,24 (Hum milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos) cuja avaliação constava junto ao projeto de lei detalhando a área do imóvel a ser adquirido e a estrutura existente com as devidas dimensões; que outra avaliação feita por uma Comissão Municipal composta pelos funcionários do município Jorge Adir Neves; João Carlos Lopes, Osmar Setrinski, e Jair Vicente Wroblewski apresentou um valor diferente ao da imobiliária no total de R\$ 1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais); que o prefeito teria levado essa avaliação até a COAMIG para que houvesse uma negociação, desde que a COAMIG deixasse de cobrar judicialmente do município o valor de duzentos mil reais, e que o pagamento fosse feito de forma parcelada; que a COAMIG tinha aceitado a proposta do município depois de "muita choradeira" pois na verdade queriam inicialmente dois milhões de reais pelo imóvel e pelos barracões, mas o município havia relutado; que ao final das contas a empresa tinha até um interesse social em vender o imóvel ao município pois essa área há cerca de vinte e cinco a trinta anos foi conseguido pela referida empresa através da CODAPAR e já pertencia ao município, e assim houve o acordo de parcelamento em trinta e nove parcelas, até o final do mandato do atual prefeito, corrigidas pelo INPC ao final de cada ano. Falou que para o município a negociação teria ficado bem em conta, visto que teria a possibilidade de pagar de forma parcelada deixando de pagar o aluguel e teria a execução da dívida que lhe era imputada no momento devido aos atrasos no pagamento dos aluguéis, sendo o que tinha a colocar. O Vereador Bello questionou o valor das parcelas a serem pagas e o Vereador Gilnelson explicou que seriam em torno de vinte e dois a vinte e cinco mil reais, mas o município não sabia exatamente o valor final, pois não sabia a que tempo conseguiria fazer o contrato, o que poderia diminuir o número de parcelas e ficando abaixo de trinta e nove conforme previsto poderia aumentar o valor de cada uma. O Vereador Nelsinho também fez um breve relato sobre seu posicionamento quanto a essa questão dizendo que esse imóvel teria sido doado pelo município provavelmente em 1986 pelo então prefeito Póca que tinha doado ao estado, porém não tinha assinado nenhum documento de doação; que o estado teria usufruído até uma altura e depois vendido o bem para a COAMIG; que ali tinha uma matrícula da área em torno de onze mil metros quadrados numa área de vinte mil metros, onde nove mil metros quadrados não tinha matrícula e nem escritura.



Comentou que outra questão que tinha levantado, mas sem confirmação do executivo, era sobre a balança que atualmente estava sendo usada pelas grandes empresas e não teve um posicionamento se após a compra da área essa balança continuaria sendo de graça o uso, ou as empresas iriam pagar, e também por esse motivo manifestava seu voto contrário à aquisição dessa área. O Vereador GILNELSON ainda falou sobre a questão da balança dizendo que com certeza o município iria regulamentar por que com a aquisição do imóvel passaria a ser de uso do município e como estava sendo usada, por terceiros, não seria mais possível sem ter uma regulamentação legalizada. Em votação os Vereadores Nelso de Andrade e Laurici votaram contrários e os demais foram favoráveis sendo o projeto aprovado em primeiro turno. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **DIMAS** iniciou parabenizando a comunidade de Gavazone da qual sempre fazia parte comentando sobre um torneio de futebol e de truco no domingo anterior onde a comunidade estaria arrecadando dinheiro para construção da Igreja local. Agradeceu a presença de cada uma das pessoas na sessão convidando para que sempre estivessem presentes acompanhando os trabalhos dos vereadores. O Vereador **JORGE** agradeceu a todo público presente falando que a casa sempre estava aberta e dizendo que na hora que se sentissem disponíveis com seu tempo participassem junto aos vereadores, pois era muito importante a participação popular e também dos professores, de extrema importância para acompanhar o que estava sendo discutido e votado aqui na casa. Falou que durante a semana esteve na comunidade de Alemainha lembrando que há algum tempo tinha ido até a comunidade junto com o prefeito para ver a situação de uma estrada na região que ligava Góes Artigas, Alemainha até Faxinal do Posto, cuja situação era bem precária; quando chovia os moradores perdiam o acesso; veículos escolares precisavam ser puxados na serra; o pessoal da região estava sofrendo bastante; já tinha feito um pedido informal ao prefeito, e nesse dia vinha explicar que esteve na comunidade e concordando com o que o Vereador Laurici falava eram cobrados da população e era um direito de lhes cobrarem mesmo e aqui deviam exercer seu papel e cobrar do executivo as providências, pois quem tinha o dinheiro e a máquina pública para executar obras era o executivo, então tinham que exercer suas funções de fiscalizadores e legisladores, e cobrar, pois era direito do povo ser atendido nas áreas da saúde, educação, estradas e melhorias de tráfego, e assim mais uma vez estava reivindicando. Repassou esses pedidos ao Vereador Gil que era o líder do prefeito e assim pudesse levar a situação até o executivo, pois as máquinas deveriam ter ido do Assentamento José Dias até aquela região, mas pelo visto tinham voltado sem executar aquele trabalho contando que durante a semana pode acompanhar as mesmas voltando, mas a situação era bem precária na região que compreendia também as localidades de 101 e 104, e toda aquela região que dependia também de limpeza beirando as estradas aonde o mato vinha tomando conta, então era muito importante. O Vereador **NELSO** parabenizou os professores presentes focando nos professores da aldeia indígena aos quais disse serem pessoas que se comprometiam com o ensino, pois não era fácil se deslocarem todos os dias e fazer cinquenta quilômetros com carros próprios para trabalhar, e sabia da competência dos mesmos para dar um ensino melhor e de qualidade para as pessoas da aldeia. Parabenizou



também o professor e diretor da escola Vagner de Andrade pelo trabalho em conjunto com os demais professores desejando que Deus iluminasse seus passos ensinando todas as pessoas. Destacou a visita recebida nesse dia junto com o Vereador Laurici, da Secretária da Educação que veio fazer alguns comentários sobre os projetos que estavam tramitando na casa, da Vereadora Sandra, propondo a divulgação dos índices do IDEB e Educação Financeira contando que tiveram uma conversa franca e deveriam ver até o segundo turno de votação, e cada vereador em sua consciência deveria votar o que achasse melhor, pois não estavam aqui para ceder pressões de nenhum lado, eram eleitos por toda população e cada vereador tinha compromisso com seus eleitores, então do que fosse para votação aqui cada um deveria ter consciência própria do que estava fazendo porque às vezes poderiam ir para um lado ou ceder uma pressão que talvez não fosse o que seria de melhor para todos. Quanto à aquisição de cestas básicas disse que via ser isso de extrema importância pelo momento financeiro que vivia o país e o município em particular que pelo IDH baixo, pela falta de emprego e por várias questões que faziam essa pressão e muitas pessoas precisavam de um auxílio como as cestas básicas e tinha certeza que a hora em que começasse a sair as secretarias responsáveis e o pessoal que iria trabalhar distribuiria da melhor forma possível para as pessoas carentes que estivessem mesmo necessitando. O Vereador **LAURICI** concluiu a fala da Tribuna em relação à Rua Castelo Branco da Vila Nova e pediu à liderança do executivo uma conversa com o prefeito e a equipe de obras para que revissem a situação principalmente dos acessos dos moradores porque o asfalto na verdade já estavam há muito tempo esperando e infelizmente só restava esperar a hora que a empresa pudesse ou se sentisse a vontade para fazer, mas enquanto isso os pequenos reparos que fossem possíveis de fazer poderiam amenizar a situação, e quanto ao resto poderiam esperar mais um pouco. Falou da reunião do Conselho Municipal de Saúde em que esteve participando durante um dia todo onde vários assuntos foram abordados; apresentado o novo Plano Municipal de Saúde, e também explanado com relação à Relação Municipal de Medicamentos - REMUME, cuja lei tinha sido votada na legislatura anterior e que a partir de agora seria uma lista de medicamentos regional abrangendo todos os municípios da região da AMCESPAR, que iriam compor essa nova lista que em breve passaria a vigorar e não seria mais o REMUME. Comentou sobre a Ouvidoria do setor de saúde dizendo que aos vereadores chegavam muitas reclamações que às vezes não chegavam até as pessoas responsáveis pelo setor e nessa reunião a senhora Eva Ilma Martins, responsável pela Ouvidoria lhe pediu para que levasse ao conhecimento dos vereadores ou quem tivesse interesse que as reclamações poderiam ser feitas por escrito, pessoalmente ou até mesmo por telefone, e consideravam muito importantes essas reclamações até porque se ninguém reclamasse seria um sinal de que as coisas estavam indo bem, e quanto mais reclamações tivessem, desde que fossem procedentes, relacionadas a funcionários que não trataram bem um paciente, por exemplo, podia entender-se que não fosse uma coisa de grande importância e se começasse a chegar várias reclamações de um mesmo funcionário, aí sim poderia ter alguma coisa errada e a partir daí tomariam as decisões. O orador falou que isso era importante que fosse de conhecimento



das pessoas que às vezes ficavam reclamando para os vereadores, no boteco ou lá na esquina, e onde era necessário fazer as reclamações às vezes não eram feitas, falando isso para que ficasse claro, pois eram muito importantes essas reclamações, direto na Ouvidoria, concluindo que a funcionária responsável tinha se colocado à disposição para vir até aqui e prestar esclarecimentos sobre esse trabalho. O Vereador **BELLO** lembrou que na semana anterior havia feito um ano que a Presidente Dilma tinha sido deposta de seu cargo e que o Brasil era referência no mundo no combate à fome nos governos Lula e Dilma quando a taxa de desemprego era de 3,8% e atualmente eram 14%, e após um ano em que, em sua opinião, houve um golpe do parlamento e do judiciário apelidado de impeachment era necessário sim a distribuição de cestas básicas, pois o governo FHC tinha deixado trinta e cinco milhões de brasileiros passando fome que foram depois retirados da pobreza e elevados até a classe média e a situação estava retornando; o país tinha pedintes nas ruas e pessoas miseráveis novamente, o que era uma pena, por isso municípios como Inácio Martins precisavam mesmo de cestas básicas pois com a taxa de desemprego em 14 % sendo uma pessoa que viajava por doze municípios da região sabia a situação que estava; o governo atual estava tirando direitos trabalhistas e direitos do povo, e aquele povo que foi para as ruas de camisa amarela gritando "Fora Dilma" e batendo panelas tinha sumido, mas estavam sofrendo também pois o Brasil estava regredindo na área social. Deixou também um relato sobre uma morte ocorrida por acidente; outra por assassinato do jovem conhecido como "Nego da Raquel"; dois jovens feridos a golpes de facão com um deles inclusive com um braço quase decepado, tudo isso na semana anterior. Lembrou de um ofício que todos tinham assinado por iniciativa do Vereador Nelso pedindo um agente da polícia civil reafirmando que era necessário, pois estava aumentando a violência no município, concordando que a falta de iluminação pública proporcionava a violência também, pois um dos fatos de violência citados tinha acontecido próximo ao viaduto da Vila Nova onde tinha problemas de iluminação, e estava muito grave a questão da segurança no município. O Vereador **SIDON** se dirigiu aos professores presentes na sessão para comentar sobre os projetos de leis da Vereadora Sandra dizendo que já tinha visto a mobilização dos professores, mas estavam aqui para ouvir também e para isso aguardava as próximas reuniões para que pudessem discutir juntos. O Presidente reforçou o convite para a Audiência Pública do dia seis de setembro sobre a cobrança da taxa da coleta de lixo junto à tarifa de água já avisando que tinha sido alterada a tabela de valores, mas como tinha sido definido anteriormente essa nova audiência estava sendo convocada. Reforçou também o convite para as sessões contando que estava sendo adaptado um horário que se encaixasse de forma que o público pudesse participar e saber como os vereadores estavam atuando. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a presente sessão e convocada nova sessão ordinária para o dia onze de setembro, às dezessete horas e trinta minutos, ficando lavrada a presente Ata, que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.

(Handwritten signatures of council members)